

# Reflexos das Reapresentações de Demonstrações Financeiras de Empresas Brasileiras Listadas nos Contratos de Auditoria e na Remuneração dos Auditores

**Carolini Verdan Brandão**

<https://orcid.org/0000-0002-6745-8564>

**Vagner Antônio Marques**

<https://orcid.org/0000-0001-7210-4552>

**Laíse Mascarenhas Ballarini**

<https://orcid.org/0000-0002-3514-9281>

**Patrícia Pain**

<https://orcid.org/0000-0002-0660-226X>

## Resumo

**Objetivo:** o objetivo foi analisar se empresas que reapresentaram as Demonstrações Financeiras (DFs) sofreram alterações nos honorários e/ou mudança da firma de auditoria no ano subsequente ao evento.

**Método:** foram analisados dados de 323 empresas não financeiras listadas na B3, totalizando 2.712 observações (empresas/ano) entre 2010 e 2020. Os dados foram obtidos nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da ComDinheiro e no repositório de dados de Perlin (2020). Utilizamos estatística descritiva, testes de diferença entre médias e regressão com dados em painel para a análise.

**Resultados:** empresas que reapresentaram suas demonstrações financeiras pagaram honorários de auditoria mais elevados no ano subsequente e tiveram maior chance de troca de firma de auditoria.

**Contribuições:** este estudo é relevante para auditores, membros de comitês de auditoria e governança, e fornecem evidências para embasar decisões sobre contratação e rescisão de auditorias independentes. Indica que o aumento nos honorários pode ser uma compensação pelo risco percebido, e a troca de firma de auditoria pode servir como uma forma de punição ou proteção da reputação organizacional diante das reapresentações.

**Palavras-chave:** reapresentação das demonstrações financeiras; Honorários de auditoria; Mudança de auditor.

Editado em Português e Inglês. Versão original em Português.

Rodada 1: Recebido em 23/03/2023. Pedido de revisão em 27/07/2023. Rodada 2: Resubmetido em 5/09/2023. Pedido de revisão em 19/12/2023. Rodada 3: Resubmetido em 19/12/2023. Aceito em 19/12/2023 por Renato Henrique Gurgel, Doutor (Editor assistente) e por Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima, Doutor (Editor).. Publicado em 27/3/2024. Organização responsável pelo periódico: Abracicon.

## 1. Introdução

O propósito primordial das informações financeiras é mitigar assimetrias informacionais e permitir decisões tempestivas e assertivas (Qasem *et al.*, 2020). Nesse sentido, os auditores desempenham um papel crucial, uma vez que asseguram a qualidade e integridade das informações divulgadas (Reid *et al.*, 2019). Entre as diversas *proxies* de qualidade das informações financeiras, a reapresentação das DFs se destaca como uma das principais, conforme ressaltado por Velte (2022).

A reapresentação das demonstrações financeiras consiste na disseminação de informações contábeis previamente divulgadas. Albring *et al.* (2013) alertam que as correções realizadas durante esse processo podem prejudicar o crescimento da empresa, gerando incertezas que afetam relações contratuais e dificultam a captação de recursos externos. Hennes *et al.* (2014) complementam indicando que os custos associados, como aumento no custo de capital, violações de cláusulas de dívida e litígios de acionistas, podem atingir valores expressivos.

A discussão sobre as perdas resultantes da reapresentação está intrinsecamente ligada à confiança do mercado. Utilizadores da informação, ao basear decisões e projeções futuras nas demonstrações financeiras, interpretam correções como sinais de controles internos deficientes e problemas financeiros, e podem, em última instância, levar à descontinuidade da entidade (Gertsen *et al.*, 2006).

Nesse contexto, quando há necessidade de reapresentação de DFs, pode-se inferir que questões importantes possam ter sido negligenciadas, o que leva à demissão de auditores internos, membros do comitê de auditoria e auditores externos (Hennes *et al.*, 2014). Segundo os autores, a iniciativa de demissão por parte da empresa pode ser uma estratégia para resguardar sua reputação, uma vez que a mudança da firma de auditoria funcionaria como uma forma de punição, com o objetivo de mitigar reações negativas do mercado.

A literatura internacional indica que as reapresentações aumentam o risco de reputação e litígio para a empresa auditada e sua firma de auditoria, e leva o mercado a questionar a capacidade de detecção de erros (Bankley *et al.*, 2012; Liu *et al.*, 2009). Isso pode resultar na cobrança de honorários mais elevados como compensação pelo risco percebido (Feldmann *et al.*, 2009).

No contexto brasileiro, a discussão sobre reapresentação das demonstrações financeiras tem abordado várias perspectivas, o que inclui rodízio da firma de auditoria, gerenciamento de resultados (Martinez & Reis, 2010), impacto na cotação das ações (Netto & Pereira, 2011), associação entre características das empresas e reapresentação das DFs (Marques *et al.*, 2016), relação entre reapresentação e práticas de gerenciamento de resultados (Cunha *et al.*, 2017), honorários de auditoria e agressividade tributária (Ávila *et al.*, 2018), efeito Big Four na opinião do auditor (Marques *et al.*, 2018), impacto da troca de auditores nos honorários de auditoria (Dantas & Ramos, 2019), e influência do risco de litígio do auditor nos honorários de auditoria e não auditoria (Giordani *et al.*, 2020).

Entretanto, no contexto nacional, não foram identificados estudos anteriores que explorassem a relação entre a reapresentação das demonstrações financeiras, os honorários de auditoria e a troca do auditor, o que indica uma escassez nessa análise (Marques *et al.*, 2017). Dessa forma, este estudo visa ampliar as evidências sobre as implicações das reapresentações das DFs nos honorários de auditoria e na mudança da firma de auditoria, e examinar a significância dessas associações em mercados emergentes como o brasileiro. Nesse contexto, Velte (2022) destaca que a literatura existente sobre reapresentação das DFs, honorários e mudança subsequente do auditor ainda é inconclusiva, e demanda uma investigação mais aprofundada das evidências.

Diante disso, e a fim de preencher essa lacuna, o presente estudo tem o seguinte problema: **Qual a associação entre a reapresentação das demonstrações financeiras, os honorários de auditoria e a mudança do auditor de empresas listadas na B3?** O objetivo foi analisar se empresas que reapresentaram as DFs sofreram alterações nos honorários e/ou mudança da firma de auditoria no ano subsequente ao evento. Os dados, referentes a 323 empresas não financeiras (2.712 observações firmas/ano) listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3), no período de 2010 a 2020, foram analisados por meio da estatística descritiva, de teste de diferença entre as médias, e da regressão com dados em painel.

Este estudo destaca-se pela análise das implicações potenciais das reapresentações das DFs nos honorários do auditor e na mudança da firma de auditoria no contexto brasileiro, e fornece evidências empíricas que contribuem para a competitividade no mercado de auditoria. Sua contribuição é significativa para firmas e comitês de auditoria e apresenta fatores relevantes que influenciam os honorários do auditor, bem como a manutenção e a prospecção de contratos. Adicionalmente, beneficia as empresas auditadas ao proporcionar compreensão sobre o processo de precificação dos honorários e os custos de reputação cliente/auditor, auxiliando nas negociações.

O estudo também oferece perspectivas para investidores e outros usuários externos das DFs, considerando que as reapresentações sinalizam baixa qualidade da informação contábil (Velte, 2022; Zhizhong *et al.*, 2011). Esse entendimento melhora a tomada de decisões, uma vez que as DFs são fontes cruciais para avaliar o desempenho atual e o potencial da empresa (Chang *et al.*, 2016; Dantas *et al.*, 2011). Além disso, os resultados contribuem para a comunidade acadêmica, uma vez que ampliam as evidências sobre as implicações das reapresentações nos honorários e na mudança da firma de auditoria, aspectos ainda pouco explorados no contexto brasileiro e que demandam investigação mais aprofundada (Velte, 2022).

## 2. Revisão da Literatura e Desenvolvimento das Hipóteses

### 2.1 Relevância e qualidade da informação contábil: por que a reapresentação importa?

Em ambientes corporativos, a assimetria informacional entre gestores e usuários externos é comum, e exige o uso de incentivos e monitoramento para mitigar problemas de agência (Jensen & Meckling, 1976). Gestores, como “maximizadores”, podem ser incentivados a adotar práticas de manipulação de informações financeiras, o que leva à possibilidade de reapresentações das demonstrações financeiras (Flanagan *et al.*, 2008). Essas reapresentações estão associadas a diversos riscos, como desvalorização da empresa, aumento dos custos de capital e danos à reputação dos gestores e da empresa de auditoria, de modo a afetar a credibilidade perante os investidores (Hennes *et al.*, 2014; Salehi *et al.*, 2017).

A qualidade das informações financeiras é comprometida quando as demonstrações financeiras são reapresentadas, o que indica que o objetivo inicial de fornecer informações confiáveis para a tomada de decisões não foi alcançado (Salehi *et al.*, 2017). No contexto nacional, a propensão à reapresentação pode estar associada a características específicas, como o tamanho da empresa, o crescimento dos ativos, a adoção das normas internacionais de contabilidade IFRS e a auditoria por uma das quatro maiores firmas de auditoria (Big4) (Marques *et al.*, 2017).

Pesquisas recentes sugerem que empresas que realizam reapresentações enfrentam consequências como, por exemplo, demissão de auditores, pagamento de honorários de auditoria anormalmente elevados, rotatividade anormal de gestores e desempenho inferior em comparação com empresas similares (Hennes *et al.*, 2014; Salehi *et al.*, 2017; Li *et al.*, 2018; Moon *et al.*, 2019). As implicações dessas reapresentações nos contratos de auditoria ainda carecem de um aprofundamento mais significativo na literatura, dada a controvérsia e a necessidade de mais evidências (Velte, 2022).

## 2.2 Qualidade da auditoria e remuneração do auditor

O papel fundamental do auditor é garantir, de forma independente, a conformidade das demonstrações contábeis (Hennes *et al.*, 2014). Salehi *et al.* (2017) enfatizam que a auditoria desempenha um papel crucial no controle do comportamento dos agentes, sendo seus honorários um fator determinante para seu funcionamento eficaz. A manutenção de um controle robusto reduz as chances de ocorrência de erros, visto que possibilita a identificação de inadequações antes da divulgação dos relatórios, evitando assim a necessidade de reapresentações.

Nessa perspectiva, o honorário de auditoria está intrinsecamente ligado ao grau de risco percebido pelos auditores em relação ao seu objetivo. Feldmann *et al.* (2009) indicam que auditores podem caracterizar uma empresa que reapresentou demonstrações em períodos anteriores como um cliente de alto risco, o que representa uma ameaça à sua reputação. Contudo, Blankley *et al.* (2012) argumentam que a reapresentação pode indicar avaliação inadequada do risco de auditoria e baixo esforço na auditoria das demonstrações reapresentadas posteriormente.

Estudos anteriores destacam uma associação positiva entre reapresentações e honorários pagos. Kinney *et al.* (2004) observaram essa associação, principalmente em clientes menores, e sugeriram maior esforço de auditoria e maior risco. No entanto, Blankley *et al.* (2012) encontraram uma associação negativa, o que indica a possibilidade de pressão para tornar o trabalho mais lucrativo, e resulta em baixos honorários e em confiança excessiva nos controles internos, com possível influência da omissão da variável de controle interno.

Bédard e Johnstone (2004) forneceram evidências de que deficiências nos controles internos aumentam o esforço do auditor. O aumento do risco inerente e do risco de controle demanda mais horas, esforço e pessoal do auditor, refletindo em custos repassados aos clientes por meio do aumento dos honorários (Chen *et al.*, 2019).

No contexto brasileiro, fatores como honorários de auditoria, tamanho da empresa auditada, número de subsidiárias, existência do comitê de auditoria e se a empresa de auditoria é Big4 influenciam nos honorários pagos (Brighenti *et al.*, 2016). Castro *et al.* (2015) destacam a influência positiva de variáveis relacionadas ao porte e à complexidade do cliente no aumento dos honorários. Além disso, identificam diferenças na influência da percepção de risco dos auditores sobre os honorários em pequenas e grandes empresas, e sugerem que auditores tendem a cobrar menos de clientes com maior alavancagem e risco, indicando que empresas em dificuldades financeiras podem pressionar por custos mais baixos de auditoria.

Tendo em vista que as reapresentações são indicativas de risco (Feldmann *et al.*, 2009) e que diante de riscos elevados de litígio os auditores são incentivados a realizar um trabalho mais especializado (Giordani *et al.*, 2020), procedeu-se à análise da primeira hipótese de pesquisa.

**H<sub>1</sub>:** A reapresentação das demonstrações financeiras está positivamente associada à remuneração subsequente do auditor

Com o objetivo de aprofundar a discussão sobre a precificação dos honorários após reapresentações, investiga-se o comportamento da variável quando a DF é reapresentada e há mudança da auditoria independente. Espera-se que, por um lado, a nova firma de auditoria cobre honorários maiores devido aos riscos de reputação e litígio associado à reapresentação (Feldmann *et al.*, 2009; Hennes *et al.*, 2014). Por outro lado, a competitividade do mercado pode levá-la a cobrar honorários mais baixos, mesmo para clientes de alto risco, na tentativa de conquistá-los inicialmente (Castro *et al.*, 2015). Portanto, é crucial examinar como a interação dessas variáveis (reapresentação e troca de auditoria) afeta a precificação dos honorários do auditor.

## 2.3 Qualidade da auditoria e mudança do auditor

A auditoria, embora fortaleça a credibilidade das informações contábeis, é frequentemente responsabilizada em casos de reapresentações de demonstrações financeiras (DFs), levantando questionamentos sobre a capacidade do auditor de monitorar o processo de divulgação das informações financeiras, especialmente quando distorções não foram previamente identificadas (Hennes *et al.*, 2014; Liu *et al.*, 2009). Nesse contexto, as reapresentações tornam-se indicativas da qualidade tanto das informações contábeis quanto da auditoria (Chen *et al.*, 2019; Dechow & Schrand, 2010).

Diante dos custos substanciais associados às empresas que realizam reapresentações de DFs, especialmente devido à perda de confiança do mercado (Gertsen *et al.*, 2006), algumas empresas optam por mudar de firma de auditoria como medida corretiva para recuperar credibilidade e reputação. Essa ação, teoricamente, transfere a responsabilidade para a auditoria. Em casos de reapresentações devido a fraudes, as empresas enfrentam consequências mais severas, incluindo a relutância de auditores subsequentes em assumir seus clientes, mesmo sem risco de litígio em relação às informações certificadas pela auditoria anterior (Mande & Son, 2013; Thompson & McCoy, 2008; Ma *et al.*, 2015).

Hennes *et al.* (2014) observam que a gravidade da correção tem um impacto maior quando a auditoria não é realizada por uma das Big4. Associado ao tamanho e à complexidade operacional, ter uma auditoria de uma das quatro maiores firmas reduz a chance de mudança do auditor, possivelmente devido aos custos elevados e à escassez de opções de substituição. No entanto, as reapresentações significam um risco tanto para a empresa auditada quanto para o auditor, que pode enfrentar a perda de participação no mercado devido à potencial demissão após o evento (Swanquist & Whited, 2015). Com base nas evidências da literatura sobre os custos subsequentes de reapresentações para as empresas e o papel da auditoria independente, sugere-se que a demissão dos auditores seja uma medida punitiva para mitigar o impacto negativo da reapresentação e preservar a reputação organizacional (Hennes *et al.*, 2014). Dessa forma, buscou-se analisar a segunda hipótese de pesquisa.

**H<sub>2</sub>:** A reapresentação das demonstrações financeiras está positivamente associada à mudança subsequente do auditor.

Embora seja esperado que ocorra a troca após o evento de reapresentação, as empresas podem ponderar o custo de reputação em relação ao custo de substituição e decidir manter o contrato com a auditoria independente (Mande & Son, 2013). Além disso, Rocha *et al.* (2016) destacam que a contratação de serviços não específicos de auditoria fortalece os laços entre o auditor e o cliente, e pode impactar negativamente a decisão de troca. Portanto, enfatiza-se a importância de analisar a interação dessas variáveis (reapresentação e honorários de auditoria) para verificar se empresas que investem mais em honorários possuem uma chance menor de trocar de firma de auditoria após uma reapresentação, em comparação com empresas que gastam menos.

## 3. Procedimentos Metodológicos

### 3.1 Amostra, coleta e técnicas de análise dos dados

A amostra compreendeu 323 empresas não financeiras listadas na B3, que realizaram pelo menos uma reapresentação de relatório financeiro anual de 2010 a 2020, motivada por razões quantitativas ou pela combinação de motivos quantitativos e qualitativos relacionados às demonstrações financeiras.

As categorias de motivos para reapresentação foram definidas conforme Marques *et al.* (2016). Reapresentações por motivos quantitativos envolveram alterações numéricas nas demonstrações contábeis, notas explicativas, juros sobre capital próprio, dividendos, unidade de medida, quantidade de ações e/ou proposta de orçamentos de capital. Já reapresentações por motivos qualitativos incluíram mudanças textuais em demonstrações contábeis, notas explicativas, pareceres dos auditores, relatórios de administração, atualização/correção de dados cadastrais, apresentação de novo canal de divulgação, alteração de divulgação ao mercado, entrega de demonstrações financeiras padronizadas de exercícios anteriores e/ou reenvio devido a erros no processo de envio.

Os dados de reapresentações e opiniões do auditor foram obtidos no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a partir das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), enquanto as informações sobre honorários de auditoria foram retiradas dos Formulários de Referência. As demais variáveis foram adquiridas no site da ComDinheiro e no repositório de dados de Perlin (2020). Os dados foram winsorizados entre 1% e 99% para tratar *outliers* e analisados por estatística descritiva, teste de diferenças entre médias e regressão com dados em painel.

Inicialmente, a amostra continha 3.511 observações, sendo excluídas aquelas com dados ausentes no Formulário de Referência da CVM e reapresentações por motivos qualitativos ou não identificados, resultando em 2.712 observações como amostra final.

Para analisar as hipóteses 1 e 2, utilizaram-se técnicas de análise de regressão com dados em painel por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e regressão Logística (Logit), respectivamente. Os testes de Chow, Breusch-Pagan e Hausman foram empregados para escolher o tipo de painel (Pooled, efeitos fixos ou efeitos aleatórios). Visando mitigar possíveis problemas, a regressão foi estimada com erros padrão robustos.

Adicionalmente, para a hipótese 2 ( $H_2$ ), uma regressão Logit foi estimada, interpretando a Razão de Chances (ODD Ratios) para analisar a chance de empresas que passaram por reapresentação de DF trocarem de auditor independente no ano subsequente em comparação com aquelas que não passaram por reapresentações.

### 3.2 Modelos e variáveis

Para a análise da hipótese de que existe associação entre a reapresentação das DFs e a remuneração subsequente do auditor ( $H_1$ ) foram utilizados os modelos (1 e 2), com controle para setor e ano, adaptado dos trabalhos de Blankley *et al.* (2012), Cahan e Sun (2015), Castro *et al.* (2015), Chen *et al.* (2019), Dantas e Ramos (2019), Feldmann *et al.* (2009), Marques *et al.* (2017), Marques *et al.* (2016) e Salehi *et al.* (2017).

$$HonAud_{it+1} = \beta_0 + D_1 Reapr_{it} + D_2 MudAud_{it+1} + \sum_{k=1}^{16} \beta_k Controles_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1.1)$$

$$HonTotal_{it+1} = \beta_0 + D_1 Reapr_{it} + D_2 MudAud_{it+1} + \sum_{k=1}^{16} \beta_k Controles_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1.2)$$

$$HonAud_{it+1} = \beta_0 + D_1 Reapr_{it} + D_2 MudAud_{it+1} + D_3 Reapr_{it} * MudAud_{it+1} + \sum_{k=1}^{16} \beta_k Controles_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2.1)$$

$$HonTotal_{it+1} = \beta_0 + D_1 Reapr_{it} + D_2 MudAud_{it+1} + D_3 Reapr_{it} * MudAud_{it+1} + \sum_{k=1}^{16} \beta_k Controles_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2.2)$$

A variável explicada neste estudo é o honorário de auditoria pago no ano seguinte à reapresentação da DF. A operacionalização, conforme Blankley *et al.* (2012), Chen *et al.* (2019) e Salehi *et al.* (2017), envolveu o cálculo do logaritmo dos valores pagos, deflacionados pelo índice de inflação anual para reduzir a variabilidade devido ao efeito inflacionário. A variável dependente foi operacionalizada de duas maneiras: (i) total de honorários específicos de serviços de auditoria ( $HonAud_{it+1}$ ); e (ii) total dos honorários pagos à empresa de auditoria, incluindo serviços de consultoria/assessoria e outros não relacionados à auditoria ( $HonTotal_{it+1}$ ).

A variável explicativa de interesse nos modelos (1 e 2) é uma *dummy* ( $Reapr_{it}$ ), assumindo valor 1 quando a empresa reapresentou DF por motivo quantitativo, relacionada às DFs, e 0 quando não ocorreu o evento, conforme Chen *et al.* (2019), Feldman *et al.* (2009) e Marques *et al.* (2016).

Na análise da Hipótese 2, que busca verificar a associação entre a reapresentação das DFs e a mudança subsequente do auditor, os modelos (3 e 4) foram empregados. A variável dependente foi a Mudança do Auditor no ano subsequente, conforme estudos de Hennes *et al.* (2014), Ma *et al.* (2015) e Mande e Son (2013).

$$MudAud_{it+1} = \beta_0 + D_1 Reapr_{it} + \beta_1 HonAud_{it+1} + \sum_{k=1}^{16} \beta_k Controles_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3.1)$$

$$MudAud_{it+1} = \beta_0 + D_1 Reapr_{it} + \beta_1 HonTotal_{it+1} + \sum_{k=1}^{16} \beta_k Controles_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3.2)$$

$$MudAud_{it+1} = \beta_0 + D_1 Reapr_{it} + \beta_1 HonAud_{it+1} + \beta_2 Reapr_{it} * HonAud_{it+1} + \sum_{k=1}^{16} \beta_k Controles_{it} + \varepsilon_{it} \quad (4.1)$$

$$MudAud_{it+1} = \beta_0 + D_1 Reapr_{it} + \beta_1 HonTotal_{it+1} + \beta_2 Reapr_{it} * HonTotal_{it+1} + \sum_{k=1}^{16} \beta_k Controles_{it} + \varepsilon_{it} \quad (4.2)$$

Nos modelos (3 e 4), a variável explicativa foi a *dummy*  $MudAud_{(it+1)}$  indicando se a empresa trocou de auditor no ano subsequente à reapresentação da demonstração contábil por motivo quantitativo relacionado às DFs (Hennes *et al.*, 2014; Ma *et al.*, 2015; Mande & Son, 2013).

A Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, prevê que a extensão máxima permitida para serviços de auditoria a um mesmo cliente é de cinco anos consecutivos, podendo ser estendida para até 10 anos com a presença de um Comitê de Auditoria Estatutário. Para focar em mudanças voluntárias, excluíram-se observações relacionadas ao rodízio, conforme a norma.

Similarmente aos modelos (1 e 2), a variável explicativa de interesse foi a *dummy*, indicando se a empresa reapresentou a demonstração contábil por motivo quantitativo relacionado às DFs (Chen *et al.*, 2019; Hennes *et al.*, 2014; Marques *et al.*, 2016).

Variáveis de controle, reconhecidas na literatura por sua associação com honorários de auditoria ( $H_1$ ), e mudança do auditor ( $H_2$ ), foram utilizadas para mitigar problemas de endogeneidade e omissão de variáveis (Blankley *et al.*, 2012; Castro *et al.*, 2015; Chen *et al.*, 2019; Dantas & Ramos, 2019; Feldmann *et al.*, 2009; Hennes *et al.*, 2014; Ma *et al.*, 2015; Mande & Son, 2013; Marques *et al.*, 2017; Marques *et al.*, 2016; Rocha *et al.*, 2016; Salehi *et al.*, 2017). Essas variáveis incluem:

- Tamanho das empresas: associados a maiores honorários e menor chance de mudança do auditor (Chen *et al.*, 2019; Hennes *et al.*, 2014).
- Liquidez: indica a capacidade de pagamento da empresa auditada, foi vinculada a menor risco para o auditor e refletiu em menor chance de troca (Castro *et al.*, 2015; Hennes *et al.*, 2014).
- Volatilidade do ROE: considerada indicadora de risco para o auditor, associa-se positivamente aos honorários e à mudança do auditor, devido à necessidade de auditorias mais especializadas (Qasem *et al.*, 2020).
- Endividamento, prejuízos e crescimento nas vendas: empresas alavancadas, com prejuízos e crescimento nas vendas, foram identificadas como mais propensas a trocar de auditor, associando-se a maiores honorários (Jaggi & Lee, 2002; Mande & Son, 2013; Rocha *et al.*, 2016).
- Opinião modificada e escolha de auditores Big4: associadas a maiores honorários e a menor chance de troca (Jaramillo *et al.*, 2012; Rocha *et al.*, 2016; Hennes *et al.*, 2014).
- Comitês de auditoria: associados a honorários mais altos, mas também atuam como mecanismos anti-troca, e reduzem a possibilidade de mudança do auditor (Abbott *et al.*, 2003; Waresul & Moizer, 1996; Carcello & Neal, 2003).

As variáveis econômicas, como estágio do ciclo de vida, segmento de governança corporativa, setor econômico e ano, foram utilizadas para capturar aspectos econômicos. A Tabela 1 lista as variáveis de controle, suas operacionalizações e estudos anteriores que sustentam as relações esperadas com as variáveis explicadas nos modelos (1), (2), (3) e (4).



Tabela 1

**Operacionalização das variáveis de controle**

Sigla	Descrição	Operacionalização	Sinais esperados		Trabalhos anteriores
			HonAudi <sub>t+1</sub>	MudAud <sub>t+1</sub>	
Tam <sub>it</sub>	Tamanho	Logaritmo natural do	(+)	(-)	Chen <i>et al.</i> (2019), Hennes <i>et al.</i> (2014), Rocha <i>et al.</i> (2016)
LC <sub>it</sub>	Liquidez corrente	$\frac{AC_{it}}{PC_{it}}$	(-)	(-)	Castro <i>et al.</i> (2015), Chen <i>et al.</i> (2019), Salehi <i>et al.</i> (2017)
CR <sub>it</sub>	Proporção de Contas a Receber e Estoque	$\frac{CR_{it} + Est_{it}}{AT_{it}}$	(+)	(+)	Blankley <i>et al.</i> (2012), Chen <i>et al.</i> (2019), Landsman <i>et al.</i> (2009), Salehi <i>et al.</i> (2017)
$\sigma(ROE)_{it}$	Coefficiente de variação do Retorno sobre o PL	$\frac{\sigma(ROE_{it})}{\mu(ROE_{it})}$	(+)	(+)	Salehi <i>et al.</i> (2017)
Endiv <sub>it</sub>	Endividamento	$\frac{EmprFinC_{it} + EmprFinNC_{it}}{AT_{it}}$	(+)	(+)	Castro <i>et al.</i> (2015), Chen <i>et al.</i> (2019), Mande e Son (2013)
Cresc <sub>it</sub>	Crescimento das Vendas	$\frac{RL_{it} - RL_{it-1}}{RL_{it-1}}$	(+)	(+)	Cahan e Sun (2015); Rocha <i>et al.</i> (2016)
Prej <sub>it</sub>	Prejuízo acumulado	Dummy que assume valor 1 se a empresa apresenta prejuízo acumulado no período, 0 caso contrário.	(+)	(+)	Blankley <i>et al.</i> (2012); Brighenti <i>et al.</i> (2016), Mande e Son (2013)
Opin <sub>it</sub>	Opinião do Auditor	Dummy que assume valor 1 para opinião modificada, 0 caso contrário.	(+)	(+)	Brighenti <i>et al.</i> (2016) Mande e Son (2013), Rocha <i>et al.</i> (2016), Salehi <i>et al.</i> (2017)
Auditor <sub>it</sub>	Não BigFour	Dummy que assume valor 1 se a empresa não for auditada por um Big4 (DTT, EY, PwC ou KPMG) e 0 se for auditada por uma das Big4.	(-)	(+)	Castro <i>et al.</i> (2015), Chen <i>et al.</i> (2019), Hennes <i>et al.</i> (2014)
CAUD <sub>it</sub>	Comitê de Auditoria	Dummy que assume valor 1 para existência do comitê de auditoria, 0 para a não existência.	(+)	(-)	Carcello e Neal (2003), Rocha <i>et al.</i> (2016)
ECV <sub>it</sub>	Estágio do Ciclo de Vida	Dummy que assume valor 1 para o iésimo estágio no ano t, 0 para os demais.	(+/-)	(+/-)	Dickinson (2011)
SEGM <sub>it</sub>	Segmento Econômico	Dummy que assume valor 1 para o iésimo segmento no ano t, 0 para os demais.	(+)	(-)	Bortolon <i>et al.</i> (2013), Dantas e Ramos (2019), Marques <i>et al.</i> (2017)
Setor <sub>it</sub>	Setor Econômico	Dummy que assume valor 1 para o iésimo setor no ano t, 0 para os demais.	(+/-)	(+/-)	Reid <i>et al.</i> (2019)
Ano <sub>it</sub>	Ano	Dummy que assume valor 1 para ano t, 0 para os demais.	(+/-)	(+/-)	Marques <i>et al.</i> (2017)

Nota: AT<sub>it</sub> – Ativo Total; AC<sub>it</sub> – Ativo Circulante; PC<sub>it</sub> – Passivo Circulante; CR<sub>it</sub> – Contas a Receber; Est<sub>it</sub> – Estoque; EmprFinC<sub>it</sub> – Empréstimo e Financiamento Circulante; EmprFinNC<sub>it</sub> – Empréstimo e Financiamento Não Circulante; RL<sub>it</sub> – Receita líquida do da firma/ano; RL<sub>it-1</sub> – Receita líquida da firma no ano anterior; DTT: empresas auditadas por Deloitte; EY: empresas auditadas por Ernst Young; KPMG: empresas auditadas por KPMG; PWC: empresas auditadas por PriceWaterHouseCoopers.

## 4. Análise de dados e resultados

### 4.1 Análise descritiva das variáveis quantitativas

Conforme se verifica na estatística descritiva (Tabela 2), com base no *Teste t* para diferenças entre as médias dos grupos de reapresentação e não reapresentação das DFs, aproximadamente 16,85% do total de observações da amostra foi composto por dados de empresas que reapresentaram DFs no período analisado.

Tabela 2

#### Estatística descritiva das variáveis quantitativas e qualitativas utilizadas nos modelos

	N	Não Reapresentou N = 2.255 <sup>1</sup>	Reapresentou N = 457 <sup>1</sup>	p-valor
$HonAud_{it+1}$	2.393	12,73 (1,41)	12,95 (1,42)	0,00**
$HonTotal_{it+1}$	2.393	12,80 (1,45)	13,03 (1,46)	0,00**
$Tam_{it}$	2.712	21,17 (1,97)	21,52 (1,93)	0,00***
$LC_{it}$	2.705	2,03 (3,16)	1,86 (2,75)	0,30
$Endiv_{it}$	2.712	0,35 (0,35)	0,32 (0,29)	0,08.
$\sigma ROE_{(i,t)}$	1.849	51,29 (45,92)	50,45 (44,57)	0,80
$CR_{it}$	2.712	0,24 (0,22)	0,23 (0,21)	0,70
$Cresc_{it}$	2.306	0,09 (0,39)	0,23 (0,50)	0,00***
$MudAud_{it+1}$	2.321			0,14
Nao Trocou		1.453 (75%)	276 (72%)	
Trocou		482 (25%)	110 (28%)	
$Auditor_{it}$	2.653			0,00***
NBIG4		669 (30%)	107 (24%)	
DTT		354 (16%)	76 (17%)	
KPMG		438 (20%)	81 (18%)	
PWC		327 (15%)	83 (18%)	
EY		414 (19%)	104 (23%)	
$Prej_{it}$	2.712			0,07.
Não		1.481(66%)	320(70%)	
Sim		774 (34%)	137 (30%)	
$Opin_{it}$	2.708			0,60
Não		2.093 (93%)	422 (92%)	
Sim		158 (7,0%)	35 (7,7%)	
$CAUD_{it}$	2.712			0,20
Não		1.842 (82%)	361 (79%)	
Sim		413 (18%)	96 (21%)	
$SEGM_{it}$	2.623			0,00**
$Cresc$		513 (23%)	138 (32%)	
$Decl$		142 (6.5%)	18 (4.1%)	
$Intro$		252 (12%)	58 (13%)	
$Matur$		1.078 (49%)	182 (42%)	
$Turb$		202 (9,2%)	40 (9.2%)	
$SEGM_{it}$	2.712			0,01**

	N	Não Reapresentou N = 2.255 <sup>1</sup>	Reapresentou N = 457 <sup>1</sup>	p-valor
TRAD		1,300 (58%)	227 (50%)	
N1		137 (6,1%)	39 (8,5%)	
N2		89 (3,9%)	21 (4,6%)	
NM		729 (32%)	170 (37%)	

Notas: <sup>1</sup>Média (Desvio-padrão); n (%). <sup>2</sup>Teste T para as variáveis quantitativas. Teste Kruskal-Wallis para as qualitativas \*\*\* p < 0.001; \*\* p < 0.01; \* p < 0.05; . p < 0.10. *HonAud<sub>it,t+1</sub>*: Logaritmo dos valores pagos, deflacionados pelo índice de inflação observado no ano t+1; *HonTotal<sub>it,t+1</sub>*: Logaritmo dos valores pagos, deflacionados pelo índice de inflação observado no ano t+1; *Tam<sub>it</sub>*: Tamanho da firma/ano; *LCit*: Liquidez Corrente da firma/ano; *Endiv<sub>it</sub>*: Alavancagem da firma/ano; *σROE<sub>it</sub>*: Volatilidade do Retorno sobre o Patrimônio Líquido da firma/ano; *CR<sub>it</sub>*: Proporção de Contas a Receber e Estoque da firma/ano; *Cresc<sub>it</sub>*: Variação das vendas líquidas da firma/ano. *MudAud<sub>it,t+1</sub>*: *Dummy* que assume valor 1 para quando existe troca da firma de auditoria no ano subsequente, e 0 quando não; *Auditor<sub>it</sub>*: *Dummy* que assume valor 1 se a empresa não for auditada por um *Big4* (*DTT*, *EY*, *PwC* ou *KPMG*) e 0 se for auditada por uma das *Big4* no ano t; *NBIG4*: Empresas não auditadas por uma *Big4* no ano t. *Prej<sub>it</sub>*: *Dummy* que assume valor 1 quando a empresa apurou prejuízo/ano, e 0 quando não apurou. *Opin<sub>it</sub>*: *Dummy* que assume valor 1 quando a empresa recebe uma opinião modificada, e 0 quando não recebe; *CAUD<sub>it</sub>*: *Dummy* que assume valor 1 quando a empresa possui comitê de auditoria, e 0 quando não o possui; *ECV<sub>it</sub>*: *Dummy* que assume valor 1 para o iésimo estágio no ano t, 0 para os demais (Crescimento, Declínio, Introdução, Maturidade e Turbulência); *SEGM<sub>it</sub>*: *Dummy* que assume valor 1 se a empresa for do Nível 1 (N1), 2 se do Nível 2 (N2), 3 se Novo Mercado (NM) e 0 se do Tradicional.

Observou-se que empresas que realizaram reapresentações de DFs apresentaram honorários de auditoria significativamente superior em comparação com aquelas sem reapresentações, o que corrobora estudos anteriores (Chen *et al.*, 2019; Feldmann *et al.*, 2009). Essa relação é atribuída à indicação de baixa qualidade das informações contábeis e aos controles internos ineficazes associados às reapresentações (Gertsen *et al.*, 2006). Auditores, percebendo essas empresas como de maior risco, justificam a cobrança de honorários mais elevados para compensar os riscos de litígio e reputação (Chen *et al.*, 2019; Feldmann *et al.*, 2009).

Quanto às variáveis de controle, tamanho da empresa (*TAM<sub>it</sub>*) e crescimento das vendas (*Cresc<sub>it</sub>*) estão estatisticamente associados às reapresentações, alinhando-se a estudos anteriores (Cunha *et al.*, 2017; Huang & Nardi, 2020; Landsman *et al.*, 2009; Marques *et al.*, 2017; Soares *et al.*, 2018; Stice, 1991). Empresas maiores, devido à complexidade operacional, têm maior chance de erros nos relatórios financeiros, o que justifica a necessidade de reapresentações (Marques *et al.*, 2016). Empresas em crescimento enfrentam desafios no gerenciamento, associados a um maior risco de auditoria e, conseqüentemente, a honorários mais elevados (Stice, 1991).

No contexto da firma de auditoria, apesar das diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, a maioria das empresas é auditada pelas Big4, o que reflete concentração de mercado observada em estudos anteriores (Chen *et al.*, 2019; Hennes *et al.*, 2014; Marques *et al.*, 2016; Marques *et al.*, 2017; Huang e Nardi, 2020). A prevalência de empresas auditadas pela Big4 pode ser atribuída à busca por independência e transparência por parte das empresas listadas. Porém, a concentração também sugere um possível viés de amostra.

Em relação ao prejuízo acumulado, empresas que não reapresentaram e com prejuízo acumulado superaram aquelas que reapresentaram. Era esperado que empresas com prejuízo fossem mais suscetíveis a reapresentações, mas a análise mostra resultados divergentes, o que indica que empresas podem utilizar a republicação voluntária para ajustes ou melhorias nas demonstrações financeiras, evitando reações negativas no mercado.

No tocante aos estágios do ciclo de vida, as maiores proporções de reapresentações ocorreram nos estágios de Maturidade e Crescimento, o que contradiz parcialmente as expectativas. Empresas nos estágios extremos poderiam ter maior tendência a realizar reapresentações, mas os resultados não corroboram inteiramente essa expectativa.

Quanto aos níveis de governança, empresas no segmento Tradicional tiveram a maior proporção de reapresentações, seguidas pelo segmento NM. Isso contraria a expectativa de que empresas em níveis mais elevados de governança teriam menos erros e, portanto, menos reapresentações (Salehi *et al.*, 2017). Contudo, a demanda por auditorias de maior qualidade em empresas de grande porte e com auditoria Big4 pode aumentar as chances de reapresentações, alinhando-se a estudos anteriores (Marques *et al.*, 2017).

## 4.2 Associação entre as reapresentações e os honorários do auditor independente

Com o objetivo de analisar a Hipótese 1 ( $H_1$ ), que prevê associação positiva entre a ocorrência de reapresentações e o aumento subsequente dos honorários do auditor, utilizou-se a regressão com dados em painel (erros padrão robustos). Além de trazer evidências associativas, a técnica escolhida tem como finalidade sanar problemas de heterocedasticidade e autocorrelação do modelo. A Tabela 3 aborda duas análises, a primeira (1) construída por meio da regressão com honorários específicos de auditoria ( $HonAud_{it+1}$ ), e a segunda (2) tendo como variável explicada os honorários totais ( $HonTotal_{it+1}$ ).

Tabela 3

**Estatísticas das regressões para análise da associação entre honorários de auditoria (específicos/ totais) e reapresentação das demonstrações contábeis ( $H_1$ )**

	Mod.1.1	Mod.2.1	Mod.1.2	Mod.2.2
Intercepto	1,35 * (0,62)	1,37 * (0,62)	1,38 * (0,63)	1,40 * (0,63)
$Reapr_{it}$	0,07 (0,04)	0,12 * (0,05)	0,03 (0,04)	0,08 (0,05)
$MudAud_{it+1}$	-0,12 *** (0,03)	-0,09 * (0,04)	-0,11 ** (0,03)	-0,08 * (0,04)
$Reapr_{it} * MudAud_{it+1}$		-0,19 * (0,09)		-0,18 * (0,09)
$DTT_{it}$	0,27 *** (0,07)	0,26 *** (0,07)	0,25 *** (0,07)	0,25 *** (0,07)
$KPMG_{it}$	0,09 (0,07)	0,09 (0,07)	0,10 (0,07)	0,10 (0,07)
$PWC_{it}$	0,21 ** (0,07)	0,20 ** (0,07)	0,22 ** (0,07)	0,22 ** (0,07)
$EY_{it}$	0,26 *** (0,07)	0,25 *** (0,07)	0,28 *** (0,07)	0,27 *** (0,07)
$Tam_{it}$	0,54 *** (0,03)	0,54 *** (0,03)	0,55 *** (0,03)	0,55 *** (0,03)
$LC_{it}$	0,01 (0,01)	0,01 (0,01)	0,01 (0,01)	0,01 (0,01)
$Endiv_{it}$	0,09 (0,10)	0,09 (0,10)	0,09 (0,11)	0,10 (0,11)
$\sigma ROE_{it}$	0,00 (0,00)	0,00 (0,00)	0,00 (0,00)	0,00 (0,00)
$CR_{it}$	-0,20 (0,18)	-0,20 (0,18)	-0,23 (0,18)	-0,23 (0,18)
$Cresc_{it}$	0,06 (0,04)	0,06 (0,04)	0,08 (0,04)	0,07 (0,04)
$Prej_{it}$	0,02 (0,05)	0,02 (0,05)	-0,02 (0,05)	-0,02 (0,05)
$Opin_{it}$	-0,01 (0,05)	-0,01 (0,05)	-0,01 (0,05)	-0,01 (0,05)
$CAUD_{it}$	0,03 (0,06)	0,04 (0,06)	0,00 (0,06)	0,01 (0,06)
$Intro_{it}$	-0,01 (0,06)	0,00 (0,06)	-0,02 (0,06)	-0,01 (0,06)
$Matur_{it}$	0,02 (0,04)	0,02 (0,04)	0,02 (0,04)	0,02 (0,04)
$Turb_{it}$	-0,07 (0,06)	-0,06 (0,06)	-0,07 (0,06)	-0,06 (0,06)
$Decl_{it}$	0,01 (0,08)	0,01 (0,08)	0,03 (0,08)	0,03 (0,08)
$N1_{it}$	0,22 * (0,10)	0,22 * (0,10)	0,24 * (0,10)	0,24 * (0,10)
$N2_{it}$	-0,36 * (0,15)	-0,36 * (0,15)	-0,42 ** (0,15)	-0,42 ** (0,15)
$NM_{it}$	-0,02 (0,18)	-0,02 (0,18)	0,04 (0,19)	0,04 (0,19)
<i>N</i>	1.382,00	1.382,00	1.382,00	1.382,00
$R^2$	0,72	0,72	0,71	0,71
$R^2_{ajustado}$	0,71	0,71	0,70	0,70
<i>p-valor</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
Tipo de Painel	EA	EA	EA	EA
Controle de Ano	Sim	Sim	Sim	Sim
Controle de Setor	Sim	Sim	Sim	Sim

\*\*\*  $p < 0,0001$ ; \*\*  $p < 0,01$ ; \*  $p < 0,05$ . Erros padrão robustos clusterizados.

Os resultados da análise, resumidos na Tabela 3, indicam associações significativas entre variáveis relacionadas à reapresentação de DFs e aos contratos de auditoria. A variável principal ( $Reapr_{it}$ ) apresenta uma associação positiva significativa, a 5%, com os honorários específicos ( $HonAud_{it}$ ), confirmando a  $H_1$  e alinhando-se a estudos anteriores (Chen *et al.*, 2019; Feldmann *et al.*, 2009). Empresas que realizam reapresentações tendem a pagar mais pelos serviços de auditoria no ano seguinte, o que reflete o risco percebido e a especialização exigida pelos auditores (Bedard & Johnstone, 2004; Giordani *et al.*, 2020; Mayoral & Segura, 2007).

A Mudança da firma de auditoria ( $MudAud_{it+1}$ ) revela uma associação negativa significativa, a 5%, tanto com os honorários específicos quanto com os honorários totais, o que corrobora estudos anteriores (Castro *et al.*, 2015; Dantas & Ramos, 2019; Feldmann *et al.*, 2009). Essa associação persiste após uma reapresentação, conforme evidenciado pelo coeficiente negativo significativo da variável de interação  $Reapr_{it} * MudAud_{it+1}$ . A redução nos honorários pode ser atribuída a diversos fatores, como a transição de uma auditoria *Big4* para uma não *Big4*, a estratégia de cobrança inicial mais baixa e o desejo da empresa de cortar custos.

Empresas auditadas por uma das *Big4* apresentam associação positiva significativa, a níveis de 0,1% e 1%, entre os honorários específicos e totais, em comparação com empresas não auditadas por essas grandes firmas, refletindo a ideia de um prêmio de qualidade (Brighenti *et al.*, 2016; Castro *et al.*, 2015; Hennes *et al.*, 2014). A variável mostra uma associação positiva significativa, a 0,1%, com os honorários específicos e totais, indicando que empresas maiores tendem a pagar honorários mais elevados, em concordância com estudos prévios (Brighenti *et al.*, 2016; Castro *et al.*, 2015; Chen *et al.*, 2019; Dantas & Ramos, 2019).

Quanto aos níveis de governança corporativa, verificou-se que estar listado em níveis diferenciados influencia os honorários de auditoria de forma variada. A listagem pode tanto aumentar quanto diminuir os honorários, a depender do nível considerado, alinhando-se com a ideia de que níveis mais altos de governança são mais custosos, mas podem refletir uma maior qualidade de relatórios e controles internos, o que leva os auditores a cobrarem menos (Griffin *et al.*, 2008). O aumento das vendas ( $Cresc_{it}$ ) apresenta uma associação positiva significativa, a nível de 10%, com os honorários totais ( $HonTotal_{it+1}$ ), refletindo a dificuldade de controle e o risco de reapresentação associados ao crescimento das vendas (Kryzanowski & Zhang, 2013; Landsman *et al.*, 2009; Stice, 1991). Outras variáveis não apresentaram significância estatística, e o modelo global tem um  $R^2$  de aproximadamente 72% para honorários específicos e 71% para honorários totais após a inclusão de variáveis de controle. Esses achados contribuem para a compreensão das dinâmicas entre reapresentações de DFs, honorários de auditoria e mudanças na firma de auditoria.

### 4.3 Associação entre as reapresentações e a mudança da firma de auditoria

Para analisar a hipótese 2 ( $H_2$ ), empregamos uma abordagem Logit com erros padrão robustos, controlando ano, setor e a obrigatoriedade da troca da firma de auditoria. Os resultados da análise, apresentados na Tabela 4 por meio da razão de chances (*odds ratio*), indicam que as empresas que realizam reapresentações das demonstrações financeiras têm uma maior chance de trocar de firma de auditoria, independentemente de o contrato envolver apenas honorários específicos de auditoria ( $HonAud_{it+1}$ ) ou também incluir serviços adicionais ( $HonTotal_{it+1}$ ). Esses achados corroboram a  $H_2$  e estão alinhados com estudos anteriores de Hennes *et al.* (2014), Ma *et al.* (2015) e Mandé e Son (2013), que destacaram que as reapresentações refletem baixa qualidade das informações financeiras e têm repercussões significativas, especialmente para o auditor, que sofre com a perda de reputação devido à não detecção oportuna de erros. Como uma estratégia para atenuar as reações adversas do mercado, as empresas podem voluntariamente encerrar o contrato com a firma de auditoria, sinalizando que medidas corretivas foram adotadas para afastar a responsabilidade pela falha e restaurar a confiança dos investidores (Hennes *et al.*, 2014; Ma *et al.*, 2015).

Tabela 4

**Regressão logística para análise da associação entre mudança da firma de auditoria e reapresentação das demonstrações contábeis ( $H_2$ )**

	$MudAud_{it+1}$			
	Mod. 3.2	Mod. 4.1	Mod. 3.2	Mod. 4.2
$Reapr_{it}$	1,01 (0,19)	55,52 * (103,18)	1,01 (0,19)	38,66 * (69,14)
$HonAud_{it+1}$	0,77 ** (0,06)	0,82 * (0,07)		
$Reapr_{it} * HonAud_{it+1}$		0,74 * (0,10)		
$HonTotal_{it+1}$			0,82 * (0,67)	0,87 (0,77)
$Reapr_{it} * HonTotal_{it+1}$				0,76 * (0,10)
$DTT_{it}$	1,49 (0,37)	1,50 (0,37)	1,44 (0,35)	1,45 (0,36)
$KPMG_{it}$	1,48. (0,36)	1,46 (0,35)	1,45 (0,35)	1,42 (0,34)
$PWC_{it}$	0,95 (0,25)	0,94 (0,25)	0,93 (0,25)	0,92 (0,25)
$EY_{it}$	0,99 (0,24)	0,96 (0,24)	0,99 (0,24)	0,95 (0,24)
$Tam_{it}$	1,12 (0,08)	1,12 (0,08)	1,09 (0,08)	1,08 (0,08)
$Lc_{it}$	1,01 (0,04)	1,01 (0,04)	1,01 (0,04)	1,01 (0,04)
$Endiv_{it}$	0,69 (0,24)	0,67 (0,24)	0,70 (0,24)	0,68 (0,24)
$\sigma ROE_{it}$	1,00. (0,00)	1,00. (0,00)	1,00. (0,00)	1,00. (0,00)
$CR_{it}$	1,37 (0,53)	1,33 (0,51)	1,33 (0,51)	1,29 (0,50)
$Cresc_{it}$	0,99 (0,20)	0,96 (0,19)	1,00 (0,20)	0,96 (0,19)
$Prej_{it}$	0,94 (0,17)	0,94 (0,17)	0,92 (0,17)	0,93 (0,17)
$Opin_{it}$	1,09 (0,26)	1,08 (0,26)	1,09 (0,26)	1,09 (0,26)
$CAUD_{it}$	0,95 (0,17)	0,95 (0,17)	0,94 (0,17)	0,93 (0,16)
$Intro_{it}$	0,75 (0,20)	0,74 (0,20)	0,75 (0,20)	0,74 (0,20)
$Matur_{it}$	1,36. (0,24)	1,33 (0,24)	1,35. (0,24)	1,32 (0,24)
$Turb_{it}$	1,52 (0,41)	1,50 (0,40)	1,53 (0,41)	1,50 (0,40)
$Decl_{it}$	0,89 (0,32)	0,92 (0,33)	0,89 (0,32)	0,91 (0,33)
$N1_{it}$	1,03 (0,17)	1,03 (0,17)	1,02 (0,16)	1,02 (0,16)
$N2_{it}$	1,10 (0,25)	1,05 (0,24)	1,12 (0,26)	1,08 (0,25)
$NM_{it}$	1,00 (0,27)	0,99 (0,27)	1,01 (0,28)	1,01 (0,28)
$N$	1.277	1.277	1.277	1.277
$GL$	40,00	41,00	40	41
$AIC$	1.371,99	1.369,15	1376,10	1.373,8
$LogLik$	-645,99	-643,58	-648,04	-645,90
Sensitividade	0,57	0,60	0,67	0,70
Acurácia	0,70	0,69	0,61	0,61
Controle de Ano	Sim	Sim	Sim	Sim
Controle de Setor	Sim	Sim	Sim	Sim

 \*\*\*  $p < 0.001$ ; \*\*  $p < 0.01$ ; \*  $p < 0.05$ ; .  $p < 0.10$ . Erros padrão robustos clusterizados.

Quanto aos honorários específicos de auditoria ( $HonAud_{it+1}$ ) observou-se uma associação significativa, indicando que honorários mais altos têm uma chance menor de influenciar a troca da firma de auditoria em comparação com honorários mais baixos. Essa relação pode ser interpretada de duas formas: (i) honorários elevados podem proporcionar melhores condições de trabalho aos auditores, permitindo-lhes alocar recursos adicionais e especializar suas equipes para minimizar riscos adversos (Chen *et al.*, 2019; Harahap *et al.*, 2018); (ii) contudo, honorários excessivamente elevados podem tornar o auditor suscetível à influência indevida do cliente sobre a opinião da firma de auditoria, o que prejudica a integridade das demonstrações financeiras (Setyawati *et al.*, 2023), conforme sugerido pela Teoria da Agência, proposta por Jensen e Meckling (1976). No entanto, não encontramos significância estatística na relação entre os honorários totais ( $HonTotal_{it+1}$ ) e a decisão de troca da firma de auditoria.

Além disso, as interações  $Reapr_{it} * HonAud_{it+1}$  e  $Reapr_{it} * HonTotal_{it+1}$  foram estatisticamente significativas. Empresas que fizeram reapresentações e pagaram honorários mais altos têm uma chance menor de trocar a firma de auditoria após a reapresentação. Essa constatação sugere que, após uma reapresentação e a consequente perda de reputação, a negociação de novos contratos pode ser prejudicada. No entanto, para empresas que pagam honorários mais elevados, as chances de mudança são menores devido aos custos de substituição elevados e à limitada disponibilidade de auditorias de qualidade comparável (Hennes *et al.*, 2014; Mande & Son, 2013). Além disso, para compensar o risco de litígio e a perda de reputação, o novo auditor pode exigir honorários ainda mais altos do que os anteriores (Chen *et al.*, 2019; Giordani *et al.*, 2020). A manutenção do contrato atual pode ser uma alternativa aceitável, considerando a importância da reputação organizacional e as implicações no mercado (Swanquist & Whited, 2015).

Observou-se também que empresas com volatilidade no ROE têm maior chance de trocar a firma de auditoria em comparação com empresas com ROE estável. Essa variável serve como *proxy* de risco, e reflete a avaliação da empresa pelo mercado. Empresas com alta volatilidade no ROE podem preferir auditores mais especializados devido às incertezas e às complexidades do negócio (Qasem *et al.*, 2020).

Em relação às demais variáveis de controle, não foram observadas associações significativas que influenciem a decisão voluntária de troca da firma de auditoria.

## 5. Conclusão

Neste estudo, investigamos o impacto da reapresentação das demonstrações financeiras (DFs) em contratos de auditoria, analisando uma amostra de 323 empresas não financeiras listadas na B3 no período de 2010 a 2020. Utilizamos métodos estatísticos e regressões em painel, examinamos a relação entre a reapresentação e os honorários de auditoria ( $H_1$ ), bem como a chance de troca voluntária da firma de auditoria ( $H_2$ ).

Os resultados evidenciam que empresas que realizam reapresentações tendem a pagar honorários mais elevados no ano seguinte, sustentando  $H_1$ . Esse achado está alinhado com a literatura que sugere que a remuneração dos contratos de auditoria aumenta devido ao risco percebido. No entanto, quando há a substituição da firma de auditoria após a reapresentação, os honorários tendem a diminuir, possivelmente devido à transição de uma auditoria Big4 para uma não Big4 (Feldmann *et al.*, 2009) ou à busca por redução de custos (Dantas & Ramos, 2019).

Adicionalmente, observou-se que empresas que realizam reapresentações têm maior chance de mudar voluntariamente a firma de auditoria, confirmando  $H_2$ . Isso reflete a busca das empresas auditadas por uma punição, visando afastar a responsabilidade pela falha e recuperar a confiança dos investidores. Auditores e empresas auditadas buscam mitigar os impactos adversos das reapresentações, com os auditores incorporando o risco de litígio e reputação em seus honorários, e as empresas usando a mudança da firma de auditoria para atribuir a responsabilidade pela reapresentação aos auditores.

Esses resultados oferecem contribuições relevantes para as partes envolvidas nas negociações dos contratos de auditoria, incluindo auditores, comitês de auditoria e governança. As evidências fornecidas auxiliam nas decisões de contratação de auditorias independentes e fortalecem a Teoria da Agência de Jensen e Meckling (1976), ao destacar evidências empíricas relacionadas aos custos impostos pelos conflitos de interesses entre os agentes.

Entretanto, reconhecemos algumas limitações intrínsecas a este estudo. Os resultados, baseados em dados de empresas não financeiras listadas na B3, podem ter limitações de generalização para diferentes setores ou países. A falta de análise específica sobre quais indicadores financeiros foram alterados durante as reapresentações pode influenciar os resultados. A baixa ocorrência de casos de reapresentações quantitativas e de ofício também limita a análise do efeito desse tipo de evento, apesar de seu potencial impacto na troca e nos honorários do auditor.

Recomenda-se que futuras análises abordem essas limitações e considerem fatores não explorados neste estudo, como elementos regulatórios e de governança corporativa, que possam influenciar as decisões das empresas sobre contratos de auditoria após reapresentação das demonstrações financeiras. A aplicação da abordagem de Diferença em Diferenças (DiD) pode ser útil para examinar os efeitos pré e pós-reapresentação nas mudanças de auditor e nos honorários de auditoria. Uma análise mais aprofundada do processo de negociação entre as partes envolvidas após esses eventos, levando em conta o tipo específico de reapresentação, também é sugerida como uma variável relevante para exploração.

## Referências

- Abbott, L. J., Parker, S., Peters, G. F., & Raghunandan, K. (2003). The Association between Audit Committee Characteristics and Audit Fees. *AUDITING: A Journal of Practice & Theory*, 22(2), 17–32. <https://doi.org/10.2308/aud.2003.22.2.17>
- Albring, S. M., Huang, S. X., Pereira, R., & Xu, X. (2013). The effects of accounting restatements on firm growth. *Journal of Accounting and Public Policy*, 32(5), 357–376. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2013.06.005>
- Ávila, J. R. de M. S., Costa, P. D. S., & Fávero, L. P. L. (2018). Honorários de auditoria e Book-Tax Differences. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 11(31), 31. <https://doi.org/10.11606/rco.v11i31.134473>
- Baltagi, B. H. (2005). *Econometrics Analysis of Panel Data* (Third). John Wiley & Sons, Inc.
- Bedard, J. C., & Johnstone, K. M. (2004). Earnings Manipulation Risk, Corporate Governance Risk, and Auditors' Planning and Pricing Decisions. *The Accounting Review*, 79(2), 277–304. <https://doi.org/10.2308/accr.2004.79.2.277>
- Blankley, A. I., Hurtt, D. N., & MacGregor, J. E. (2012). Abnormal Audit Fees and Restatements. *AUDITING: A Journal of Practice & Theory*, 31(1), 79–96. <https://doi.org/10.2308/ajpt-10210>
- Bortolon, P. M., Sarlo, A. N., & Santos, T. B. (2013). Custos de auditoria e governança corporativa. *Revista Contabilidade & Finanças*, 24(61), 27–36. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772013000100004>
- Brighenti, J., Degenhart, L., & Cunha, P. R. (2016). Fatores Influentes nos Honorários de Auditoria: Análise das Empresas Brasileiras Listadas na Bm&Fbovespa. *Pensar Contábil*, 18(65), 12.
- Cahan, S. F., & Sun, J. (2015). The Effect of Audit Experience on Audit Fees and Audit Quality. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 30(1), 78–100. <https://doi.org/10.1177/0148558X14544503>
- Carcello, J. V. & Neal, T. L. (2003). Audit Committee Characteristics and Auditor ismissals following “New” Going-Concern Reports. *The Accounting Review* 78(1), 95–117.
- Castro, W. B. de L., Peleias, I. R., & Silva, G. P. (2015). Determinantes dos Honorários de Auditoria: Um Estudo nas Empresas Listadas na BM&FBOVESPA, Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(69), 261–273. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201501560>



- Chang, W.-C., Chen, Y.-S., Chou, L.-T. L., & Ko, C.-H. (2016). Audit Partner Disciplinary Actions and Financial Restatements. *Abacus*, 52(2), 286–318. <https://doi.org/10.1111/abac.12077>
- Chen, H., Hua, S., Liu, Z., & Zhang, M. (2019). Audit fees, perceived audit risk, and the financial crisis of 2008. *Asian Review of Accounting*, 27(1), 97–111. <https://doi.org/10.1108/ARA-01-2017-0007>
- Comissão de Valores Mobiliários (2021). Resolução CVM nº 23 de 25 de fevereiro de 2021. <https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/resolucoes/anexos/001/resol023.pdf>
- Cunha, P. R., Fernandes, L. B., & Dal Magro, C. B. (2017). Influência do refazimento das demonstrações contábeis no gerenciamento de resultados das empresas listadas na BM&FBovespa. *RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 16(1), 95–120. <https://doi.org/10.18593/race.v16i1.7305>
- Dantas, J. A., Chaves, S. M. T., Silva, M. R., & Carvalho, R. P. (2011). Restatements of Financial Reports Determined by the CVM. *Revista Universo Contábil*, 45–64. <https://doi.org/10.4270/ruc.2011212>
- Dantas, J. A. & Ramos, A. C. A. (2019). Impacto da Troca de Auditores nos Honorários de Auditoria. *Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI*, 6(2), 33–48. <https://revistas.ufpi.br/index.php/gecont/article/view/7592/6536>
- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2–3), 344–401. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001>
- Dickinson, V. (2011). Cash Flow Patterns as a Proxy for Firm Life Cycle. *The Accounting Review*, 86(6), 1969–1994. <https://doi.org/10.2308/accr-10130>
- Feldmann, D. A., Read, W. J., & Abdolmohammadi, M. J. (2009). Financial Restatements, Audit Fees, and the Moderating Effect of CFO Turnover. *AUDITING: A Journal of Practice & Theory*, 28(1), 205–223. <https://doi.org/10.2308/aud.2009.28.1.205>
- Flanagan, D. J., Muse, L. A., & O’Shaughnessy, K. C. (2008). An overview of accounting restatement activity in the United States. *International Journal of Commerce and Management*, 18(4), 363–381. <https://doi.org/10.1108/10569210810921979>
- Gertsen, F. H. M., van Riel, C. B. M., & Berens, G. (2006). Avoiding Reputation Damage in Financial Restatements. *Long Range Planning*, 39(4), 429–456. <https://doi.org/10.1016/j.lrp.2006.09.002>
- Giordani, M. S., Arruda de Souza Neto, J. M., & Da Cunha, P. R. (2020). Influência do Risco de Litígio do Auditor nos Honorários de Auditoria e não Auditoria. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 14(4). <https://doi.org/10.17524/repec.v14i4.2574>
- Griffin, P. A., Lont, D. H., & Sun, Y. (2008). Corporate Governance and Audit Fees: Evidence of Countervailing Relations. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, 4(1), 18–49. [https://doi.org/10.1016/S1815-5669\(10\)70028-X](https://doi.org/10.1016/S1815-5669(10)70028-X)
- Gujarati, D. (2019). *Econometria: Princípios, Teoria e Aplicações Práticas*. Saraiva.
- Harahap, D. Y. et al. (2018) ‘Audit Fee: Evidence from Indonesia after Adopting International Standards on Auditing (ISAs)’, *Review of Integrative Business and Economics Research*, 7(1), pp. 170–182.
- Hennes, K. M., Leone, A. J., & Miller, B. P. (2014). Determinants and Market Consequences of Auditor Dismissals after Accounting Restatements. *The Accounting Review*, 89(3), 1051–1082. <https://doi.org/10.2308/accr-50680>
- Huang, C., & Nardi, P. C. C. (2020). Determinants of Restatements in Financial Statements of Brazilian Publicly Traded Companies. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 23(2), 159–178. [https://doi.org/10.21714/1984-3925\\_2020v23n2a2](https://doi.org/10.21714/1984-3925_2020v23n2a2)
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). (2009). Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 4. ed. São Paulo: IBGC, 2009a.

- Jaggi, B., & Lee, P. (2002). Earnings Management Response to Debt Covenant Violations and Debt Restructuring. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 17(4), 295–324. <https://doi.org/10.1177/0148558X0201700402>
- Jaramillo Jaramillo, M., García Benau, M. A., & Zorio Grima, A. (2012). Factores que determinan los honorarios de auditoría: Análisis empírico para México. *Revista Venezolana de Gerencia*, 17(59). <https://doi.org/10.31876/revista.v17i59.10906>
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of financial economics*, 3(4), 305–360.
- Kinney, W. R., Palmrose, Z.-V., & Scholz, S. (2004). Auditor Independence, Non-Audit Services, and Restatements: Was the U.S. Government Right?\*. *Journal of Accounting Research*, 42(3), 561–588. <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2004.t01-1-00141.x>
- Kryzanowski, L., & Zhang, Y. (2013). Financial restatements and Sarbanes–Oxley: Impact on Canadian firm governance and management turnover. *Journal of Corporate Finance*, 21, 87–105. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2013.01.007>
- Landsman, W. R., Nelson, K. K., & Rountree, B. R. (2009). Auditor Switches in the Pre- and Post-Enron Eras: Risk or Realignment? *The Accounting Review*, 84(2), 531–558. <https://doi.org/10.2308/accr.2009.84.2.531>
- Li, Y., Liu, X., & Yan, Q. (2018). Is institutional investor a supervisor or cooperater?: Based on the relationship between financial restatement and management turnover. *Nankai Business Review International*, 9(1), 2–18. <https://doi.org/10.1108/NBRI-02-2017-0007>
- Liu, L.-L., Raghunandan, K., & Rama, D. (2009). Financial Restatements and Shareholder Ratifications of the Auditor. *AUDITING: A Journal of Practice & Theory*, 28(1), 225–240. <https://doi.org/10.2308/aud.2009.28.1.225>
- Ma, C., Zhang, J., & Yang, B. (2015). Financial restatement and auditor dismissal. *China Journal of Accounting Studies*, 3(3), 209–229. <https://doi.org/10.1080/21697213.2015.1070043>
- Mande, V., & Son, M. (2013). Do Financial Restatements Lead to Auditor Changes? *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 32(2), 119–145. <https://doi.org/10.2308/ajpt-50362>
- Marques, V. A., Aires, D. B. B., Cerqueira, N. P. P., Silva, L. K. C., & Amaral, H. F. (2016). Dinâmica das republicações das demonstrações contábeis no período de 1997-2012. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 19(3), 440–464. [https://doi.org/10.21714/1984-3925\\_2016v19n3a6](https://doi.org/10.21714/1984-3925_2016v19n3a6)
- Marques, V. A., Amaral, H. F., Souza, A. A., Santos, K. L. dos, & Belo, P. H. R. (2017). Determinantes das Republicações no Mercado Brasileiro: Uma Análise a partir dos Incentivos ao Gerenciamento de Resultados. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 11(2), 191–213. <https://doi.org/10.17524/repec.v11i2.1488>
- Marques, V. A., Louzada, L. C., Amaral, H. F., & Souza, A. A. (2018). O poder da reputação: Evidências do efeito big four sobre a opinião do auditor. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 15(35), 03–31. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n35p3>
- Martinez, A. L., & Reis, G. M. R. (2010). Audit Firm Rotation and Earnings Management in Brazil. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1640260>
- Mayoral, J. M., & Segura, A. S. (2007). Un estudio empírico de los honorarios del auditor. *Cuadernos de Economía y Dirección de la Empresa*, 10(32), 81–109. [https://doi.org/10.1016/S1138-5758\(07\)70092-0](https://doi.org/10.1016/S1138-5758(07)70092-0)
- Moon, G., Lee, H., & Waggle, D. (2019). Long-run equity performance of firms that restate financial statements. *Managerial Finance*, 46(1), 92–108. <https://doi.org/10.1108/MF-05-2019-0247>
- Netto, F. H., & Pereira, C. C. (2011). Impacto da republicação de demonstrações financeiras no preço das ações de empresas. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 7(14), 29– 50. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2010v7n14p29>

- Perlin, M. (2020). *Corporate Datasets from the FRE System* [Data set]. Harvard Dataverse. <https://doi.org/10.7910/DVN/QIMUNZ>
- Qasem, A., Aripin, N., & Wan-Hussin, W. N. (2020). Financial restatements and sell-side analysts' stock recommendations: Evidence from Malaysia. *International Journal of Managerial Finance*, 16(4), 501–524. <https://doi.org/10.1108/IJMF-05-2019-0183>
- Reid, L. C., Carcello, J. V., Li, C., Neal, T. L., & Francis, J. R. (2019). Impact of Auditor Report Changes on Financial Reporting Quality and Audit Costs: Evidence from the United Kingdom. *Contemporary Accounting Research*, 36(3), 1501–1539. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12486>
- Rocha, F. R. Jr., Rodrigues, W. B. S., & Bortolon, P. M. (2016). Fatores determinantes da mudança voluntária da empresa de auditoria externa no mercado brasileiro. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 35(3), 53. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v35i3.29460>
- Salehi, M., Farhangdoust, S., & Vahidnia, A. (2017). Abnormal audit fees and future restatements: Evidence from Tehran Stock Exchange. *International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation*, 13(1), 42. <https://doi.org/10.1504/IJAPE.2017.081802>
- Setyawati, D., Koeswayo, P. S., Puspitasari, E. (2023). Pengaruh Audit Fee Terhadap Integritas Laporan keuangan Dengan Kepemilikan Institusional sebagai Variabel Pemoderasi. *Jurnal Ilmiah MEA (Manajemen, Ekonomi, dan Akuntansi)*, 7(1), 21. <https://doi.org/10.31955/mea.v7i1.2846>
- Soares, C. R., Motoki, F. Y. S., & Monte-mor, D. S. (2018). IFRS e probabilidade de republicação: Um estudo das empresas brasileiras listadas na Bovespa. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 17(52). <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v17n52.2694>
- Stice, J. D. (1991). Using financial market information to identify pre-engagement factors associated with lawsuits against public accountants. *The Accounting Review*, 66, 516–533. <https://www.jstor.org/stable/247807>.
- Swanquist, Q. T., & Whited, R. L. (2015). Do Clients Avoid “Contaminated” Offices? The Economic Consequences of Low-Quality Audits. *The Accounting Review*, 90(6), 2537–2570. <https://doi.org/10.2308/accr-51113>
- Takamatsu, R. T., Lamounier, W. M., & Colauto, R. D. (2008). Impactos da divulgação de prejuízos nos retornos de ações de companhias participantes do IBOVESPA. *Revista Universo Contábil*, 4(1), 46–63. <http://doi.org/10.4270/ruc.20084>
- Thompson, J. H., & McCoy, T. L. (2008). An Analysis of Restatements Due to Errors and Auditor Changes by Fortune 500 Companies. *Journal of Legal, Ethical and Regulatory Issues*, 11(2), 14.
- Velte, P. (2022). The impact of external auditors on firms' financial restatements: A review of archival studies and implications for future research. *Management Review Quarterly*. <https://doi.org/10.1007/s11301-022-00264-x>
- Waresul Karim, A. K. M., & Moizer, P. (1996). Determinants of audit fees in Bangladesh. *The International Journal of Accounting*, 31(4), 497–509. [https://doi.org/10.1016/S0020-7063\(96\)90034-5](https://doi.org/10.1016/S0020-7063(96)90034-5)
- Wiedman, C. I., & Hendricks, K. B. (2013). Firm Accrual Quality Following Restatements: A Signaling View: Firm Accrual Quality Following Restatements. *Journal of Business Finance & Accounting*, 40(9–10), 1095–1125. <https://doi.org/10.1111/jbfa.12054>
- Wooldridge, J. M. (2016). *Introductory econometrics: A modern approach* (Sixth edition). Cengage Learning.
- Zhizhong, H., Juan, Z., Yanzhi, S., & Wenli, X. (2011). Does corporate governance affect restatement of financial reporting? Evidence from China. *Nankai Business Review International*, 2(3), 289–302. <https://doi.org/10.1108/20408741111155307>